

ATA N.º 05/XII/2020

Reunião Ordinária de 11/03/2020

Aos onze dias do mês de março do ano dois mil e vinte, na sala de reuniões do Edifício Sede do Município, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amôedo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. PROPOSTA DE VALOR DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROJECTO FÉRIAS JOVENS 2020 10
2. RENÚNCIA VOLUNTÁRIA DO ESPAÇO DE VENDA Nº 3 B, COM A ATIVIDADE DE ROUPA NA FEIRA SEMANAL DO CONCELHO DA MOITA 11

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.
- Os atos praticados no âmbito das delegações e subdelegações de competências da Câmara Municipal, referente ao período de 01/02/2020 a 28/02/2020.

O Sr. Presidente deu conhecimento do Plano de Contingência Municipal contra o “Covid 19” dizendo que entrando no assunto do dia-a-dia, irá fornecer algumas informações, ou seja, o ponto de situação sobre a pandemia do COVID 19, designação dada pela Organização Mundial de Saúde, que é quem ficou com a responsabilidade de orientar as ações da Câmara na matéria em causa, foi o Serviço de Higiene e Medicina no Trabalho, tratando-se de uma questão de medicina e existindo os técnicos capacitados para o efeito, foram quem desenvolveu o Plano de Contingência, que embora estivesse finalizado quase há 24 horas, só no momento é que se conseguira que fosse divulgado, o que aconteceu e entretanto, algumas das medidas que estavam preconizadas tinham sido já tomadas.

O Plano de Contingência era suficientemente simples, seguindo as orientações e a Legislação, ou seja, um Decreto-lei que entretanto foi publicado sobre a matéria, estabelecendo algumas medidas a tomar no interior da Câmara, sendo esse o seu âmbito, a atividade da Câmara Municipal e não algo distinto, para além de estabelecer quais eram as linhas de direção e quem substituíria quem, ou quem fazia o quê no caso de. Basicamente as medidas mais significativas e que se adotaram no imediato foram: a interrupção do controlo de assiduidade por registo biométrico, significando que existia o método da impressão digital, tendo existido recomendações da própria Ordem dos Médicos em Portugal de que aquele era um possível veículo de contágio e como tal foi suspenso nos diversos edifícios onde existia. Sendo um método cada vez mais utilizado, foi suspenso, recorrendo à antiga tradição portuguesa de assinar a presença, que funcionaria daquela forma durante uns tempos.

No dia anterior foram também tomadas de imediato algumas decisões no sentido de suspender algumas atividades que lhes pareciam necessárias suspender de imediato, como por exemplo a Universidade Sénior, tendo sido suspensas as aulas, tratando-se de uma população de risco; do Movimento Sénior, de prática desportiva dirigida à população sénior; os Projetos Educativos que eram realizados quer na Biblioteca, quer no âmbito desportivo com as escolas foram suspensos; foram suspensos também os transportes nos autocarros municipais, que não circulariam, nem fariam serviços. Para já, tudo na perspetiva de até 31 de março, para avaliar a evolução das situações. Entretanto face à evolução já verificada no próprio dia, ao que estava a acontecer um pouco por todo o país e às recomendações também da própria Direção Geral de Saúde, que foram divulgadas, relativamente aos eventos também seria determinada a suspensão de toda a programação cultural e desportiva do Município. Tudo o que estava programado quer do ponto de vista cultural, quer desportivo, até 31 de março, também fora suspenso. Correndo riscos, sendo uma avaliação que tinha sempre um grau de subjetividade, de estar a acompanhar uma onda de algum alarmismo que se pudesse estar a verificar, também por outro lado, não podiam correr o risco de contribuir para um eventual foco de difusão da doença, de disseminação, porque tal seria pior. Era preferível ser alarmista embora o mais moderado possível, quanto baste, do que desvalorizar a situação e provocar alguns problemas.

Procurando ouvir as vozes mais sensatas e não o alarmismo da Comunicação Social, de menor qualidade, o que se percebia era que não sendo uma doença muito grave tinha algumas características, designadamente de difusão rápida que a tornam perigosa, até porque um surto que afetasse um número significativo de pessoas sobrecarregaria de tal forma o Serviço Nacional de Saúde que se perdia capacidade de resposta e quando se perdia capacidade de resposta, aí sim aumentava a gravidade, aumentava a mortalidade. Havia que fazer o que estivesse ao alcance para suster o problema, para que não se espalhasse, acompanhando naturalmente porque todos os dias estava a evoluir, acompanhariam sempre todas as determinações provenientes da Direção Geral de Saúde, sendo para já a perspetiva que se colocara.

Em termos de serviços municipais, foram tomadas algumas medidas, designadamente no Balcão do Múncipe, nos serviços de atendimento, para aumentar a distância entre quem atendia e quem estava a ser atendido, para garantir a distância que a Direção Geral de Saúde recomendava, pensando que por enquanto era suficiente, até porque não estavam propriamente numa zona onde se tivesse verificado ainda algum foco, onde houvesse necessidade de elevar o nível de alarme e de precaução, o que se podia alterar de um dia para o outro, bastando para tal uma infeção nas proximidades e avançavam para as medidas que fossem necessárias avançar.

Encontraram um fornecedor, que lhes forneceu o gel desinfetante, que iria ser colocado em alguns locais, para além de em todos os Balcões, já existindo em alguns locais, mas seria reforçado, bem como em alguns locais de presença de público, designadamente Bibliotecas, também iriam reforçar a presença do gel desinfetante com as recomendações aos trabalhadores da Câmara para que fizessem a desinfeção regular, ou seja, muito frequente dos espaços onde estavam as pessoas, designadamente a parte da internet, dos computadores, tudo isso fosse feito. A perspetiva no momento era aquela, mas como referiu estava a evoluir todos os dias e verificariam o que se seguia, esperando que não fosse além do que já foi colocado em prática.

Relativamente à Comissão Municipal da Proteção Civil, havia pensado inicialmente realizar-se uma reunião na sexta-feira, mas como a data coincidia com uma reunião do CDOS, será melhor esperar pela reunião do CDOS e realizarem-na na segunda-feira seguinte à tarde, a partir das 15h.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Luís Chula – Após a intervenção do Sr. Presidente quis transmitir algumas notas. Na sexta-feira realizar-se-ia uma sessão de esclarecimento com questões e respostas para um amplo público constituído pelos Bombeiros, pelos representantes da Proteção Civil Municipal de todos os concelhos do distrito, que se realizaria em Palmela. Eram muitas pessoas, de forma que só poderia estar presente um representante de cada Serviço Municipal de Proteção Civil, tendo sido nomeado o técnico Fernando Morgado para o efeito. Tinha previsto e falou com o Sr. Presidente na possibilidade de realizarem a reunião no dia 16 de março, com caráter de urgência da Comissão Municipal de Proteção Civil, a fim de se fazer um ponto de situação sobre o problema do COVID-19 e sobretudo tentar também perceber qual era a capacidade de articulação das diversas entidades que compunham a Comissão para uma eventual situação de agravamento da crise, porque em crise já estavam. Para aquela reunião, no dia anterior já havia conversado um pouco com a Sr.^a Vereadora Vivina Nunes uma vez que gostaria que estivesse presente na reunião, pois coordenava as escolas, mas na eventualidade de a mesma não poder ir, solicitar a alguém do seu Gabinete a presença, na medida em que as escolas tinham um público-alvo muito abrangente, daí solicitar o favor da presença, no dia 16, porque solicitando com caráter de urgência, considerou também não estarem muito em cima do acontecimento, uma vez que segundo o que tinha percebido nos outros concelhos, tinham estado a convocar com 3 dias, no entanto tratava-se de um motivo próprio, porque no dia 18 de março estavam representados no briefing do CDOS, em Palmela, onde naturalmente lhes solicitariam um ponto de situação do que se passava no concelho da Moita, e estariam aptos a poder fornecer com maior propriedade, no dia 18, as informações solicitadas.

Sendo de ponderar, mas julgando não haver problema, colocou terem planeado para dia 28 de março, um sábado de manhã, uma ação de sensibilização sobre a questão dos incêndios urbanos, no Mercado Municipal da Moita, na chamada “praça”, com a distribuição de panfletos, ao qual, em função do problema mais recente considerou também ser conveniente produzirem mais um panfleto muito simples sobre o Corona Vírus também, para em associação, entregarem.

Dadas as restrições colocadas pelo Sr. Presidente, estando no entanto convencido de que o Mercado Municipal não encerraria, o que fariam consistiria na presença de 3 ou 4 pessoas, com a presença do Sr. Comandante dos Bombeiros a quem solicitou também a colaboração, por serem muito poucos, de pelo menos um estagiário ou um recruta que pudesse auxiliar para ser possível realizar a ação, que era somente uma ação de contacto, colocariam no local um espaço onde era usual realizarem a Feira de Artesanato, colocariam uns 2 ou 3 banners que utilizaram no stand da Feira de Projetos Educativos, sobre a vertente da precaução e prevenção para os incêndios urbanos, que tiveram um aumento substancial no ano de 2019, relativamente a 2018, sendo talvez uma das maiores preocupações que tinham no concelho da Moita. Para a ação referiu contar com a colaboração do Sr. Vereador Luís Nascimento, que fez o favor de disponibilizar o espaço, enquadrando-se nas comemorações do Dia

Mundial da Proteção Civil, muito embora não fosse como as cerimónias mais formais que costumavam fazer, crendo que não havia razão para realizar uma cerimónia com muita formalidade e pompa e circunstância.

Relativamente à questão do COVID-19, era uma matéria em que todas as Proteções Cíveis Municipais estavam no momento envolvidas, fazendo parte de grupos de trabalho municipais para poderem estar atentos e tomar medidas para aquilo que eventualmente fosse necessário, sendo a sua disponibilidade total para o efeito.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Agradeceu todas as informações e o Plano de Contingência Municipal que foi apresentado, concordando que o país estava a entrar numa linha de maior preocupação, a linha vermelha, e como tal todas as medidas tomadas eram medidas de prevenção, para que o problema não alastrasse de uma forma generalizada, estando de acordo com a realização de todas as ações referidas.

Fez um reparo, uma vez que relativamente ao Balcão, o Gabinete de Informação e Atendimento era um pelouro, mas o Vereador do Pelouro nunca era chamado, mas existia uma grande proximidade entre o Dr. Nuno Libório e a sua pessoa, porque caso contrário seria o Dr. Nuno Libório que daria diretivas ao Vereador e como era sabido, o mesmo era autarca e nem sempre estava presente, pensando que naquela questão teria havido um lapso porque era ignorado completamente o Vereador, mas tinha estado a par, inclusive na semana passada teve oportunidade de falar com o Serviço de Saúde, porque estava preocupado e teve também oportunidade de falar com o Sr. Chefe de Gabinete, João Romba, porque o Balcão, era um espaço de atendimento de quase dez mil pessoas por mês, sendo uma janela aberta que tinham, sendo necessário saber que diretivas existiam. Fez apenas um reparo que não invalidava nada, porque já tinham previsto realizar uma reunião setorial com todo o pessoal dos Balcões, uma vez que sair apenas uma nota escrita e tendo verificado no dia anterior no *site* da Câmara que a partir da data muitos atendimentos seriam realizados à distância, por telefone, por meios *on-line*, no entanto os trabalhadores de nada tinham conhecimento, tendo clarificado que era uma diretiva que estava a sair por escrito, mas que se iriam reunir até para tirarem algumas dúvidas, verificando que se previa, inclusive em caso de necessidade o encerramento do Balcão do Vale da Amoreira e do Balcão de Alhos Vedros, o que considerou correto no sentido de acautelarem maiores movimentações. Considerou o mais tardar até sexta-feira realizarem uma reunião de todo o pessoal dos Balcões para explicar as alterações, sendo uma reunião setorial, mas juntando o Balcão da Baixa da Banheira, o Balcão do Município dos Paços do Concelho, de Alhos Vedros e do Vale da Amoreira, até para explicar a situação e a possível alteração, para todos em presença perceberem a diretiva e tirarem dúvidas presencialmente. De resto, acompanhariam todas as medidas que o Município fosse tomando. Certamente para os munícipes, referiu pensar que em termos de comunicação, para além de estar no *site* da Câmara, considerou importante passarem a afixar à porta dos Balcões de atendimento algum cartaz com alguns destaques para quando as pessoas chegassem, saberem que existiam algumas medidas tomadas com o Plano de Contingência, para tomarem de imediato as devidas precauções e seria efetuada outra informação via oral às pessoas, para além do *site*, considerando que os meios de comunicação nunca seriam demasiados para esclarecer as pessoas sobre a questão.

Também concordou que existia uma sensação de pânico, já havendo falta de alimentos nos supermercados, de determinados produtos, não havendo nenhuma diretiva naquele sentido, mas as pessoas, em termos coletivos, facilmente entravam numa ebulição, com a circulação também de muitas notícias falsas, nomeadamente em relação às escolas, em que alunos por brincadeira o faziam, tanto na Moita, reportado pela Sr.^a Vereadora Filomena Ventura, como no Barreiro, de onde veio e onde foi feita uma participação ao Centro de Saúde de que tinham chegado dois autocarros de alunos espanhóis à escola e de que aquela não tinha tomado os devidos cuidados. A diretora deparou-se com a situação, sendo que não havia chegado nenhum autocarro de espanhóis à referida escola. Foi apenas um exemplo de que, na atualidade, era natural começarem a gerar-se uma série de notícias, referindo ser importante estarem todos muito em contato, sendo no caso o *pivot* de centralizar todas as

informações corretas para não andarem à deriva por vezes, com informações que geravam nervosismo e pânico que não auxiliavam a que tudo decorresse da melhor forma.

Sr. Vereador Carlos Albino – Após ouvir os intervenientes anteriores com muita atenção, considerava que o que estava a acontecer não é uma questão de pânico, mas uma reação natural dos seres humanos e pessoas perante uma situação nova e desconhecida, sendo um vírus novo, para o qual ainda não existia cura conhecida, estando a estudar-se e a conhecer bem quais eram os meios efetivos de transmissão e o tempo que o vírus conseguia sobreviver fora do corpo humano, conseguia estar e sobreviver no ar e no meio de tudo, havendo sempre azo a especulações, às mezinhas, às receitas populares, o que era normal. Para contrapor a situação, tinha de haver seriedade, serenidade e articulação. Verificou pelo que até ao momento fora dito que o Plano fora terminado no dia anterior, e se bem entendera, como não poderia deixar de ser, iria afetar os serviços da Câmara, entre eles, o Balcão Único tendo referido o Sr. Vereador Joaquim Raminhos que não foi “tido nem achado” na elaboração do documento. Deixou uma nota, relativamente a algo que foi referido e que até certo ponto o preocupava que era a possibilidade de realizar uma reunião com todos os trabalhadores, apelando que ao realizar-se a referida reunião se cumprissem todas as regras e todas as recomendações da DGS que apelavam a que se evitassem grandes ajuntamentos, apelou a esses cuidados porque o que a situação atual exigia de todos era uma grande responsabilidade coletiva porque não havendo vacina, e embora a taxa de mortalidade, que era do conhecimento atual, estivesse situada entre os 2 e os 4%, não deixava de ser significativo, se fosse uma pessoa já seria demais. Deixou o alerta de que a proteção individual e coletiva, daqueles que gostavam e conheciam e da comunidade dependia de atos responsáveis, de atitudes responsáveis da parte de cada um dos presentes, referindo que não iria repetir as recomendações que eram enumeradas pela DGS.

Questionou relativamente ao documento, que só no momento é que chegara ao conhecimento de alguns dos presentes, se o Sr. Presidente poderia elencar quem seria o Vereador ou a pessoa que iria ficar responsável pela coordenação do Plano de Segurança, e que técnicos é que ficariam a acompanhar a situação, se irão ser elaborados e divulgados relatórios a respeito da situação e no caso afirmativo onde seriam dados a conhecer. Solicitou ainda a informação de quais os serviços considerados essenciais e se o Sr. Presidente poderia enumerar por ordem aqueles que se poderiam considerar os serviços públicos mais essenciais para os menos essenciais, para terem a perceção de como é que estava elencado, de como é que estava organizado. O que o Sr. Presidente referiu, o percurso que após uma situação iria decorrer, ou seja, o fluxograma, questionando ainda se os Serviços da Câmara de atendimento ao público, uma vez permanecendo abertos, se para proteção dos trabalhadores e para que não ficassem mais expostos, se teriam acesso as máscaras e a gel desinfetante, porque era uma condição essencial no atendimento ao público e expostos ao atendimento ao público seria uma forma de os proteger, questionando se estava pensada aquela possibilidade, caso viesse a ser necessário, se estava acautelado.

Sr. Presidente – Referiu relativamente à questão da elaboração do Plano, dos Vereadores e do elencar dos Vereadores nos serviços, os mesmos, em princípio não constavam; o que estava, era ao nível do Departamento. Os Serviços que tinham Departamento referiam os Diretores de Departamento e o Vereador, os que eram Gabinetes e Divisões não referiam ninguém, nos Serviços do Presidente, aquele não aparecia em nenhum local.

O Plano fora elaborado no seguimento de uma emergência de saúde, e como tal fora executado pelo Serviço de Segurança e Medicina no Trabalho, sendo naquele Serviço que se continuaria a concentrar a coordenação da atuação municipal.

O Plano tendo acabado de ser distribuído, não houvera oportunidade de o ler, mas haveria oportunidade e as questões que foram colocadas sobre os Serviços, prioridades e tudo o mais, estavam elencadas no Plano e após a leitura referiu pensar que as dúvidas ficariam esclarecidas.

Sobre as reuniões setoriais também considerou que tudo o que verteram no Plano e nas medidas que viessem a ser tomadas conseqüentemente, seguiam as orientações da Direção Geral de Saúde. Eram

elas que deviam determinar a atuação dos presentes, não valendo a pena alguém tentar inventar nada e uma das questões das recomendações era evitar aglomerações próximas de pessoas, portanto não deviam entrar em contradição. Não deixavam de falar quando fosse necessário ou realizar uma reunião, mas deveriam ter a moderação necessária para tal.

No que concernia aos equipamentos de proteção, o gel seria colocado em todos os serviços de atendimento, ou ser reforçado, nos locais onde já existia anteriormente, aguardando que o fornecedor fizesse chegar o material uma vez que já fora adjudicado e estaria a chegar no máximo até ao dia seguinte. A utilização das máscaras não era recomendada pela Direção Geral de Saúde, exceto para os infetados, e como tal não seriam fornecidas máscaras a ninguém. Compraram algumas máscaras e iriam ter de reserva, porque se aparecesse um caso, ou alguém com problemas, dava-se-lhe a máscara para se proteger a si e aos outros, mas de resto não seriam distribuídas porque as recomendações não eram para utilização de máscara, pelo contrário, existiam até contra-indicações para a utilização de máscara por parte da Direção Geral de Saúde. Não se conseguiam comprar e até o gel não era fácil no momento.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Referiu que no fim-de-semana era para ter sido realizado o evento da XVII Automobilia Ibérica da Moita, que foi cancelado, o espetáculo de apresentação da Romaria no final de março também foi cancelado, estando preocupado com a data de 22 de abril em que deveria partir a Romaria, de seguida teriam a Feira dos Projetos Educativos, no final de abril e logo em maio a Feira de Maio, questionando se sabiam algo a respeito de datas ou se ainda era demasiado cedo.

Sr. Presidente – Respondeu que as informações de que dispunham, tendo também estado em contato com o Delegado de Saúde, o Dr. Luís Hermenegildo, e o Dr. Prates recebia diretamente as recomendações por via da Ordem dos Médicos e por via das autoridades de Saúde, e aquilo que era referido que as autoridades de Saúde previam, face aos padrões conhecidos de difusão daquele tipo de doenças era que o pico se atingisse em Portugal entre o final de março e as primeiras semanas de abril, sendo aí que teriam a auge da disseminação da doença, segundo as previsões possíveis à data. Aquilo que pensavam, não sendo, nem demasiado pessimistas nem demasiado otimistas, pensavam que o 31 de março, para tomar decisões de momento seria a data em que estaria suspenso. Daí para a frente, teriam de avaliar mais próximo. Na semana anterior fariam o ponto de situação de como estava a evolução, as orientações que vinham da Direção Geral de Saúde. Diria que não era improvável, atendendo à evolução verificada e até em outros países, não era improvável que abril ainda impusesse muitas restrições, mas era precoce estarem já a determinar a questão e como tal ponderavam que no momento, a semi cautela era o mais sensato.

Sr. Vereador Luís Chula - Referiu que o Plano tinha sido enviado pela Sr.^a Vereadora Vivina para os membros do Conselho Coordenador e que talvez fosse conveniente enviar também para os dois outros Vereadores.

Sr. Vereador Carlos Albino – Abordou mais uma questão por considerar que era do bom senso, embora considerasse que naquele tipo de questões, o bom senso nem sempre fosse “para aqui chamado”. Se estava identificado e pensado fazer o levantamento dos trabalhadores que podiam fazer parte dos grupos de risco, para perceberem e se estava equacionado, por parte da autarquia, o teletrabalho para algumas áreas ou funções.

Sr. Presidente – Quanto à identificação de grupos de risco, o que conheciam eram os grupos de risco identificados pela Direção Geral de Saúde e que por enquanto só identificava como grupos de risco os possuidores de doenças crónicas ou os idosos, a partir de uma idade mais avançada, não conhecendo outros critérios que lhes permitissem fazer qualquer outro tipo de identificação.

Sobre o teletrabalho não tinham nada pensado, existindo no Plano de Contingência a possibilidade de um conjunto de funções onde seria relativamente fácil colocar as pessoas em teletrabalho. Existiam

outros que não, dependendo muito do que acontecesse e de onde surgisse algum caso, esperando que não surgisse nenhum, e que se tivessem de tomar algumas medidas. A natureza de uma Câmara Municipal significava que eventualmente 15 ou 20% dos serviços poderia trabalhar em teletrabalho, não mais do que isso. À medida que as questões fossem sucedendo iam ter de ir atuando, realizar previsões no vazio, no sentido em que verdadeiramente ninguém sabia como é que as coisas iam evoluir, o que sucederia no dia seguinte.

Sr.^a Vereadora Vivina Nunes – Para tentar complementar algumas respostas a questões, uma vez que acompanhou de perto a elaboração do documento fez alguns esclarecimentos de pormenor. Na questão da identificação dos responsáveis dos pelouros só foram considerados mesmo os Departamentos, porque se fossem verificar, por exemplo a Divisão de Administração Urbanística que estava sobre a alçada do Sr. Presidente, não estava referido que era o Sr. Presidente o responsável, estava apenas o Chefe de Divisão. A própria não constava na Divisão de Recursos Humanos, porque estava no comando a seguir ao Sr. Presidente. Efetivamente nos dois outros grandes Departamentos estava o Sr. Vice-presidente Daniel Figueiredo e o Sr. Vereador Miguel Canudo, porque eram Departamentos grandes. A construção do documento fora elaborada daquela forma, admitindo que podia estar errado. Referiu que foram para todas as chefias, o documento praticamente concluído, para verificarem se existiam questões de pormenor que lhes pudessem passar no que respeitava à Educação, aos Assuntos Sociais, aos Balcões, tendo sido colhidos alguns contributos.

A questão do mapeamento ou identificação dos doentes de risco pareceu-lhe não ser importante realizar no momento, não que não fosse importante. Mas no momento criaram um telemóvel de serviço só para aquela questão e que está 24 horas ligado ao Dr. Prates, que tinha a ficha de todos os doentes e de todos os trabalhadores. Era a pessoa de primeiro contato que identificava de imediato se o doente era de risco ou não, porque os conhecia e tinha acesso de imediato. Para já parecera que não existia a necessidade, não sabendo se posteriormente não deveria ser, mas na atualidade os limites das outras pessoas eram os mesmos daquelas.

Se aparecesse alguma outra questão, naturalmente que seria logo colocado em funcionamento algum plano.

Sr. Presidente – Informou que existia uma linha aberta e o compromisso normal, aliás da parte da autoridade de Saúde Pública, do Dr. Luís Hermenegildo, de se, logo que surgisse algum caso na sua área de intervenção, o próprio seria informado, de forma a poderem alargar o âmbito das medidas da autarquia, o que felizmente até ao momento, embora tenham aparecido algumas notícias nas redes sociais que eram obviamente brincadeiras.

Sr. Vereador Luís Chula – Abordou uma situação que o preocupava no seu bairro, da existência de um logradouro que fica atrás da Rua 25 de Abril de 1974 e atrás da Rua da Paz e da Rua da Esperança, onde confinava um logradouro que foi intervencionado pela Câmara no sentido da colocação de um piso mais sólido no local, bem como um escoamento de águas e que no momento constituía uma bolsa de estacionamento, o que referiu parecer-lhe bem, dado a mitigação de estacionamento existente no bairro do Palheiro. Existindo duas entradas, uma pela Rua da Paz e outra pela Rua da Esperança, tinha constatado que a passagem da Rua da Paz era bloqueada por estacionamento até em duas filas, porque posteriormente existia a capacidade de sair pela Rua da Esperança, se não estivesse obstruída. A sua preocupação era quando estava obstruída, em termos de segurança, ficavam ambas as ruas bloqueadas e não entrava no local o carro dos Bombeiros. Questionou da possibilidade de colocação de alguma sinalização, julgando que no espaço da Rua da Esperança, que seria o ideal, porque na sua opinião na Rua da Paz não surtiria efeito, uma vez que a ocupação era tão grande que, por muitos sinais que colocassem no local, não produziria efeito. Na Rua da Esperança, talvez colocar durante uns determinados metros a proibição de estacionar talvez fosse o suficiente, porque durante o dia estava praticamente livre, e à noite, já muitas pessoas colocavam os automóveis no local.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos - Relativamente ao assunto que tinha sido mais mediático, que era o aeroporto do Montijo, tinha acompanhado e o Sr. Presidente também nas várias situações, sabendo que fora chamado ao Gabinete do Primeiro-ministro, pensando que estava prevista uma nova chamada, solicitando se possível que o Sr. Presidente fizesse um breve ponto de situação sobre a questão pois raramente tinham oportunidade de estarem em conjunto e como tal aproveitariam a reunião de Câmara.

Abordou ainda a questão relacionada com os semáforos que ainda não foram ligados, tendo sido no dia anterior alertado novamente por um munícipe para o efeito, no entanto os semáforos continuavam sem ser ligados, embora a Câmara já tivesse clarificado que não era da sua responsabilidade, mas eventualmente seria necessário chamar a atenção da entidade responsável pela ligação, a EDP.

Sr. Vereador Carlos Albino – Referiu que junto ao Bairro da Caixa estava uma carrinha com os pneus cortados, continuando e permanecendo, e ao que tinha conhecimento o assunto já havia sido colocado, sendo certo que as pessoas se continuam a queixar, questionando o que já tinha sido feito pela Autarquia nesse sentido uma vez que o carro se encontrava abandonado no local, se bem entendera há bem mais de 30 dias e os pneus estavam cortados o que aparentava que o veículo efetivamente se encontra ao abandono.

Sr. Presidente – Relativamente ao logradouro estudar-se-ia uma solução que fosse o mais eficaz possível, dentro da perspetiva de não ser aconselhável permitir que os carros saíssem do espaço diretamente para a Rua da Paz porque iria introduzir mais um conflito numa zona de bastante trânsito, sendo necessário encontrar-se alguma outra solução, que seria procurada pelos serviços.

No que concernia ao Aeroporto, um assunto que alguns gostariam de dar como encerrado, revelou-se não estar tão encerrado como parecia e o Governo descobriu que existia uma Lei, produzida em 2007 e revista em 2010, mantendo a mesma norma, que exigia que para a emissão da licença final, que era competência da Autoridade Nacional da Aviação Civil fosse necessário um parecer que a Lei referia que era vinculativo, de todos os Municípios que fossem abrangidos pela área de influência de uma instalação Aeroportuária. Referiu que descobriu, porque foi suscitado pela primeira vez num debate da Assembleia da República no início de 2020 e foi manifesta na altura a surpresa de alguns membros do Governo que estavam presentes, perguntando “o que é isto, do que é isto, do que estão a falar” e daí despoletou-se um processo que resultou naquelas declarações do Ministro das Infraestruturas e Habitação, Sr. Pedro Nuno Santos, que foram amplamente difundidas na Comunicação Social e a partir daí o assunto que parecia estar bem encaminhado e a VINCI que já estava a realizar o seu novo balanço, já com os seus lucros acrescidos daquela solução, no final teve de mandar suspender as contas e a questão não estava ainda decidida. Na sequência da questão foi convidado pelo Ministro Pedro Nuno Santos para uma reunião, iniciativa que saudou e teve oportunidade de o referir para a Comunicação Social, que pela primeira vez o Governo falou diretamente com o Município da Moita, conversaram tranquilamente, para que ambas as partes explicassem as suas razões, as suas opiniões e na sequência disso, e dado que dessa reunião não resultou nada mais, foram convocados os seis Municípios que para já o Governo considerara cujo território era abrangido, pelo Sr. Primeiro-ministro para uma reunião e nessa reunião que foi também tranquila e cortês, não podendo nem devendo ser de outra forma, conversaram durante uma hora e teve oportunidade de explicar quais os fundamentos que estavam vertidos no parecer que os Órgão Municipais da Moita aprovaram relativamente ao aeroporto e o Sr. Primeiro-ministro apresentou os seus argumentos e aquilo que o Governo considerava na matéria. Não tendo havido aproximação de posições, julgando que ninguém esperaria propriamente o contrário, o que ficou da sua parte e da parte do Município da Moita era que não poderiam e jamais o fariam, recusar o diálogo com o Governo, tanto mais após criticarem o Governo por não ouvirem os Municípios, não seria no momento o Município da Moita que diria que não estariam disponíveis para conversar mais, que já era suficiente porque as posições eram o que eram. Acrescentou que nunca se colocariam nessa posição, de recusar dialogar e conversar, de recusar sempre procurar soluções, pensando que também deixara claro ao Sr. Primeiro-ministro é que as razões que fundamentam a

posição do Município da Moita não eram alteráveis sem que se alterasse as circunstâncias. A questão era que aquela infraestrutura, naquele local, acarretava um conjunto de consequências inevitáveis e essas consequências eram, para o Município, inaceitáveis. Se o Governo tivesse a capacidade de alterar as consequências, aí, naturalmente teriam de rever a sua posição. Como tal lhe parecia para além das capacidades humanas, alterar as consequências daquela localização desastrosa, não visualizava como é que podiam alterar aquilo que eram as razões e fundamentos do Município da Moita. De qualquer forma encontrava-se agendada uma nova reunião para dia 16 de março e com essa reunião, o que se pretendia que fosse novo, era nomeadamente no que se relacionava com a semana anterior em que conversaram sem documentos, apresentaram argumentos e na reunião a realizar pretendia-se que fosse uma reunião mais técnica, mais detalhada, em que se apresentassem em concreto as questões. Levaria o parecer que aprovaram e outra documentação existente, produzida inclusive por outras entidades, por ambientalistas, por autoridades diversas que tinham vindo ao longo de todo o tempo a apresentar razões e a contestar aquela localização e iria apresentar a questão ao Sr. Primeiro-ministro e o objetivo era ter uma conversa já a um nível de detalhe mais aprofundado sobre as consequências, sobre os impactos daquela localização.

Acrescentou porque ficou patente e já o referira na Comunicação Social, que ficou para si claro, e o interpretou que o Sr. Primeiro-ministro ainda acreditava que os impactos apontados pelo Município da Moita eram ultrapassáveis, pensando que lhe iriam conseguir demonstrar que não eram, mas num ou noutro sentido era a conversar que as pessoas se entendiam e como tal iriam conversar.

Sr. Vereador Carlos Albino – Acrescentou que relativamente ao aeroporto já tinha sido tudo dito, as suas posições eram claras e conhecidas, da parte dos diversos intervenientes, apenas reparando que da mesma forma contra o parecer favorável da APA eram contra uma estrutura aeroportuária, eram coerentes, porque contra o parecer negativo da APA contra o terminal dos contentores eram a favor que ali fosse construído o terminal de contentores.

Sr. Presidente – Referiu que o Sr. Vereador Carlos Albino tinha feito bem em trazer o assunto a discussão porque já havia pensado referi-lo e ainda não o tinha feito, sendo ilustrativo dos interesses e de todo um processo obscuro; era ilustrativo de como eram falsas as alegações que se faziam para defender a construção do micro aeroporto na Base Aérea do Montijo que a sua primeira consequência, ainda antes de ter lá o início da obra, a sua primeira consequência seria afastar da margem sul um investimento extremamente importante para a região, de alargamento da atividade portuária na margem sul, com o aproveitamento, a requalificação e a reutilização de uma área que estava, como era sabido, amplamente desocupada no momento, da antiga CUF, atualmente terrenos da Baía do Tejo. Acrescentou que decorria do aeroporto, porque a única medida não mitigável era a instalação de todo o aparelho de guias e de guindastes, porque o restante, a questão das lamas que foram levantadas inicialmente tinham soluções, o que exigiam era medidas especiais de colocação daquelas lamas, mas a APA, nessa questão, teve as instruções ao contrário. Do aeroporto diziam que era fácil, eram umas “medidazitas” de mitigação, 48 milhões de euros eram cerca de 1/5 dos lucros anuais da VINCI e como tal era simples, e resolvia-se. Para o porto do Barreiro não havia solução para as lamas e ainda menos havia solução para o conflito entre o aeroporto e o porto e como tal, a questão de que o aeroporto era um efeito multiplicador na economia, atração de atividade, a primeira medida que tomavam era a repulsão de atividade e não atração, o porto não vinha para o Barreiro e toda a região continuava sem uma solução à vista para a reutilização e para o reinvestimento numa área tão grande e tão importante como era aquela da Baía do Tejo. Não discutiram, não se tratava de algo no território do concelho da Moita, para considerar que se justificasse uma posição oficial do Município da Moita em torno do assunto, mas na sua opinião era um investimento muito importante e com um enorme impacto no concelho da Moita porque estando na localização que estava e estando o concelho da Moita à distância de umas poucas centenas de metros naturalmente em torno da atividade portuária gerava-se um conjunto de outras atividades, designadamente na área da logística e dos transportes, intensas, que na sua opinião, inevitavelmente também se iriam localizar no concelho da Moita e para além do

emprego que ali seria gerado também seria altamente abrangente da zona próxima do concelho da Moita, era para o concelho uma perda significativa que aquele investimento não se concretizasse. Em contrapartida o micro aeroporto na Base Aérea não trazia nada, eram apenas empresas low-cost, a fazer operação low-cost e handling mínimo, catering praticamente inexistente, não tinham qualquer tipo de operação em terra em relação às aeronaves e como tal não trazia nenhuma ligação significativa à economia regional e do ponto de vista da criação de emprego direto também os números existiam, nos dias de hoje existiam números para tudo, literatura publicada pela Europa fora sobre a análise dos aeroportos, classificação dos aeroportos por tipologia e a tipologia do aeroporto em causa, que estava devidamente identificada apontava para uma criação de empregos diretos que pouco ultrapassava em média os 300 trabalhadores por milhão de passageiros transportados, o que significava que os números que o Governo apresentava, ou seja, que a VINCI apresentava porque o Governo limitava-se a reproduzir aquilo que a Vinci, desde o início referia, os números que a VINCI apresentava eram pura e simplesmente inventados.

Sr.^a Vereadora Filomena Ventura – Partilhou a informação de que a partir do dia 16 de março, até ao dia 25 de março inclusive iria suspender o mandato por motivos de saúde.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

1. PROPOSTA DE VALOR DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PROJECTO FÉRIAS JOVENS 2020

“O projecto Férias Jovens é um programa de ocupação dos tempos livres que se realiza no período de 22 de Junho a 31 de Julho e é dirigido a crianças e jovens dos 8 aos 13 anos. Desenvolve um serviço de grande utilidade às famílias, indo ao encontro da necessidade de ocupação dos tempos livres durante as férias estivais e permite a participação num programa diversificado de actividades como idas à praia, ao campo, à piscina, visitas a equipamentos culturais, ateliês de artes, desporto, entre outras. O contacto com a arte e com a cultura é um dos pressupostos do projeto, quer ao nível da concepção/experimentação, quer ao nível da fruição, pois esta é uma área menos explorada nos contextos educativos formais, não descurando o desporto, o ambiente e a ciência, áreas habitualmente presentes nos programas desenvolvidos. Em suma, o projecto Férias Jovens tem como finalidade proporcionar o desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos participantes através da educação pela arte e pela cultura, integrando as componentes ambientais e desportivas, e assume como objectivos gerais:

- Promover a cooperação, a entajuda e o espírito de equipa, recorrendo ao sentido de justiça, reciprocidade e solidariedade entre os participantes, e destes com toda a equipa, numa lógica humanista;
- Fomentar a autonomia, a iniciativa e a criatividade das crianças e jovens, apelando à participação ativa nas diferentes atividades;
- Promover o sentido crítico e de responsabilidade social das crianças e jovens;
- Proporcionar momentos de lazer e divertimento;

- Estimular o gosto, a propensão e a aptidão dos participantes para as atividades culturais, artísticas, ambientais e desportivas.

Posto isto, e considerando que os participantes usufruem, durante duas semanas, de refeições (lanche manhã, almoço e lanche tarde), transporte para a escola e para as atividades (autocarros municipais e alugados), fruição de um conjunto variado de atividades lúdico-pedagógicas (cultura, desporto, ambiente, ciências, etc.) - que implica a aquisição de materiais diversos -, são abrangidos por um seguro de acidentes pessoais, e têm afectos, ao grupo em que estão integrados, monitores qualificados - recursos humanos internos e contratação ao exterior -, e que a estes aspectos estão associados custos, propõe-se a manutenção do valor de inscrição.

Tendo em conta o papel social desempenhado pelo projecto, e de forma a garantir o acesso às famílias com menores recursos socioeconómicos, propõe-se a manutenção de descontos a partir de dois critérios: escalão de abono de família e irmãos inscritos no projecto. Deste modo, fica salvaguardada a participação de todas as famílias cujas crianças e jovens tenham idade para participar nas Férias Jovens.

Numa perspectiva de custo-benefício que tem em linha de conta os encargos decorrentes do projecto, e a dimensão e a complexidade logística das Férias Jovens, ao abranger cerca de 360 crianças e jovens dos 8 aos 13 anos, durante um período de seis semanas, considera-se que os valores de inscrição abaixo propostos são vantajosos para qualquer participante, e garantem, através da política de descontos, a acessibilidade do projecto a toda a comunidade.

Face ao exposto, e atendendo aos encargos descritos, propõe-se que a Câmara Municipal, ao abrigo e nos termos do artigo 33º., nº.1, alínea e), da Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro, delibere fixar os seguintes valores de inscrição nas Férias Jovens:

- Valor da inscrição por participante: € 50 (cinquenta euros);
- Desconto para Escalão 1 do Abono de Família - € 12,50 (doze euros e meio);
- Desconto para Escalão 2 do Abono de Família - € 25,00 (vinte e cinco euros);
- Desconto de 15% na inscrição de irmãos, aplicável na inscrição de € 50 e nas inscrições abrangidas pelos escalões 1 e 2 do Abono de Família.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vereador Luís Nascimento.

2. RENÚNCIA VOLUNTÁRIA DO ESPAÇO DE VENDA Nº 3 B, COM A ATIVIDADE DE ROUPA NA FEIRA SEMANAL DO CONCELHO DA MOITA

“Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, através de requerimento registado sob o número quatro mil cento e trinta e nove, veio a Sr.ª Lídia Maria dos Santos Seixas, residente na Avenida 25 de Abril nº32 r/c na Baixa da Banheira, adjudicatária do espaço de venda nº3B, com a atividade de roupa, na feira semanal, solicitar a renúncia voluntária do mesmo.

Assim, proponho:

Que ao abrigo da alínea e) do Art. 25º do Regulamento do Comércio a Retalho não Sedentário do Município da Moita, seja aceite a renúncia da titular.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezasseis horas e cinco minutos. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (CD), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA